

**LEI MUNICIPAL Nº 1.879, DE 10 DE MAIO DE 2022.**

CÂMARA DE VEREADORES  
DE ACEGUÁ

Publicado em 11/05/2022

Vagner Costa

**Cria Incentivos fiscais e econômicos para Empresas se estabelecerem no Município de Aceguá, ou que nele ampliem suas instalações industriais, comerciais, de prestação de serviços ou atividade agropecuárias pioneiras.**

**Marcus Vinicius Godoy de Aguiar**, Prefeito do Município de Aceguá,  
Estado do Rio Grande do Sul.

**Faço saber** que a Câmara de Vereadores **aprovou** e eu **sanciono** a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** O Município de Aceguá, a requerimento da parte interessada e mediante a apresentação de um projeto, poderá conceder incentivos fiscais e econômicos às Empresas que se estabeleçam e iniciem atividades em seu território, bem como àquelas já existentes que ampliem ou diversifiquem suas instalações e atividades produtivas.

**Art. 2º** Para o cumprimento dos objetivos a que se propõe esta Lei, considerar-se-á como:

**I - prioridade sócio-econômica-** o conjunto de benefícios diretos e indiretos trazidos pelo projeto à população e à economia do Município.

**II- empresa-** a empresa jurídica de direito privado, desempenhando ou a desempenhar atividades nas áreas da indústrias, do comércio, produção agropecuária pioneira ou de prestação de serviço.

**III- incentivos fiscais-** a isenção de impostos e taxas, na expectativa de isso auxilie a viabilidade de empreendimentos e lhes permita gerar maiores benefícios sociais.

**IV- incentivos econômicos-** a participação do Município nos serviços de infra-estrutura buscando agilizar a implantação dos empreendimentos.

**Art. 3º** As prioridades sócio-econômicas serão definidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, considerando:

**I** – o número de empregos diretos e indiretos a serem criados.

**II** – a localização, fora ou dentro das zonas consideradas prioritárias para o tipo de atividade proposta.

**III-** o valor das imobilizações.

**IV-** o tipo de empreendimento e a disponibilidade de matéria-prima.

**V-** o tempo de duração e as perspectivas a médio e a longo prazo.

**VI-** o retorno do investimento ou a viabilidade econômica do

empreendimento.

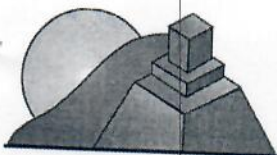
**VII-** a disponibilidade do Município na concessão do incentivo

requerido.

**Art. 4º** Os incentivos fiscais constituir-se-ão de isenção de:

**I -** Imposto Predial e Territorial Urbano





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**II – Imposto Sobre Serviços.**

**III- Taxas de aprovação de plantas, alinhamento, demarcação e habite-**  
se.

**§ 1º** A isenção do IPTU e do ISSQN, limitar-se-á a um prazo de 05(cinco) anos, só podendo ser prorrogável pelo mesmo prazo, se empresa apresentar novos projetos de ampliação ou diversificação dos seus empreendimentos e atendidas as exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 2º** A isenção do ISSQN, quando concedido à empresas já existentes, somente atingirá o acréscimo efetivamente realizado, em consonância com o projeto específico.

**§ 3º** O IPTU incidente sobre qualquer área que abrigue projetos contemplados nesta lei de incentivos, se não isento, obedecerá as condições de tributação de áreas não loteadas.

**Art. 5º** Os incentivos econômicos constituir-se-ão de:

**I –** execução, no todo ou em parte, dos serviços de topografia, terraplanagem, drenagem ou infra-estrutura necessária à implantação e ou ampliação.

**II –** realização ou contratação dos projetos técnicos de Engenharia.

**III –** cessão de uso ou doação com probabilidade de reversão, mediante Lei específica, sobre áreas públicas para a instalação ou ampliação da empresa.

**§ 1º** O Município destinará áreas adequadas para tal fim.

**§ 2º** Cessará a cessão ou comodato de terrenos se não utilizados em suas finalidades, no prazo de 2 (dois) anos.

**Art. 6º** Para beneficiar-se dos incentivos fiscais e ou econômicos previstos nesta Lei, a empresa deverá formalizar o pedido através de requerimento padronizado, fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, devidamente acompanhado dos respectivos projeto e orçamento do investimento.

**§ 1º** A empresa deverá apresentar prova que está em dia com os erários públicos Federal, Estadual e Municipal.

**§ 2º** Os benefícios só poderão ser concedidos após a aprovação do RIMA ou licença que a substitua emitida pela órgão ambiental competente, se for o caso.

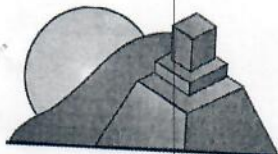
**§ 3º** O total dos incentivos fiscais e econômicos a que se refere o art. 4º e 5º, não poderá atingir custo superior a 30% das imobilizações previstas pelo projeto que acompanha o requerimento inicial.

**§ 4º** A empresa beneficiada por esta Lei não poderá transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal, sem a prévia autorização deste, mesmo assegurada a continuidade de propósitos.

**§ 5º** Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, deverá a empresa ressarcir ao Município os benefícios a ela concedidos, acrescidos de correção.

**Art. 7º** O projeto de investimento pretendido deverá apresentar:  
**I -** estudo de viabilidade econômica.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ  
GABINETE DO PREFEITO

de 5 anos.  
da empresa.  
Municipal.

- II – projeto arquitetônico e de engenharia.
- III- localização existente e ou solicitado para o empreendimento.
- IV- dimensionamento e avaliação social do projeto para um período
- V – cópia do contrato social e última alteração ou ato de constituição
- VI – certidão negativa dos Poderes Públicos Federal, Estadual e

**Art. 8º** Para avaliação dos projetos encaminhados pelas empresas interessadas nos incentivos previstos nesta Lei, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá contratar assessoramento de técnicos especializados que emitirão laudos sobre os quais a Secretaria basear-se-á para emissão de seu parecer técnico, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município.

**Parágrafo único:** Toda e qualquer decisão final sobre os incentivos fiscais e ou econômicos, será tomada e decidida pelo Prefeito Municipal, baseado nos pareceres emitidos.

**Art. 9º** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, através de Decreto Municipal.

**Art. 10.** Os incentivos concedidos serão alvo de contrato onde constem as obrigações entre as partes.

**Art. 11.** Através de Portaria do Executivo será criada uma Comissão de Avaliação composta por 05 (cinco) servidores efetivos e por um membro de entidade representativa, assim distribuídos:

- a) 01 (um) contador;
- b) 01 (um) engenheiro;
- c) 01 (um) fiscal Tributário;
- d) 01 (um) membro de entidade representativa;
- e) 01 (um) representante da pasta de Desenvolvimento Econômico;
- f) 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda.

**Parágrafo Único:** A comissão de Avaliação será presidida pelo(a) Secretário (a) da pasta do Desenvolvimento Econômico.

**Art. 12** A comissão de Avaliação fica encarregado a fiscalizar o cumprimento do contrato quanto ao atingimento dos objetivos estabelecidos e as consequências decorrentes da inexecução contratual.

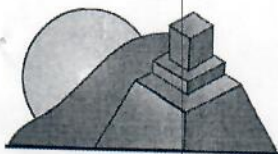
**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Fica revogada a Lei Municipal nº 113/2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 10 de maio de 2022.

Marcus Vinicius Godoy de Aguiar  
Prefeito



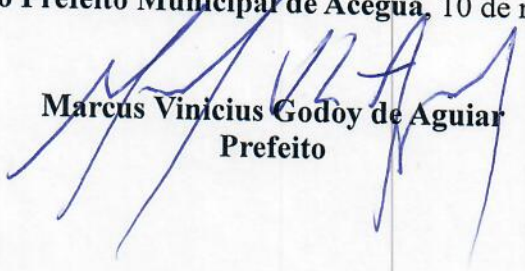


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente Lei que “Cria incentivos fiscais e econômicos para empresas se estabelecerem no Município de Aceguá ou que nele ampliem suas instalações industriais, comerciais, de prestação de serviço ou atividade agropecuária pioneiras”, levando a todos quantos queiram o incentivo necessário para que o nosso Aceguá, cresça e busque o seu real desenvolvimento político, social e econômico.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 10 de maio de 2022.**

  
**Marcus Vinicius Godoy de Aguiar**  
**Prefeito**